

A REVOLUÇÃO COPERNICANA E A QUESTÃO DO ESPAÇO. Marcio Tadeu Girotti, Ubirajara Rancan de Azevedo Marques – Filosofia - Filosofia - Departamento de Filosofia – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

O objetivo deste artigo é salientar a polêmica presente nas reflexões kantianas acerca do espaço, referente às concepções de Leibniz e Newton, ou, respectivamente, a defesa de um espaço ideal-relativo e de um espaço real-absoluto. Diante de tal polêmica, mostraremos o caminho percorrido pelo jovem Kant até a primeira Crítica, a partir da conciliação das teses acima citadas. Nesta investigação, tomamos por base a interpretação dos textos originais, bem como algumas das interpretações dos mesmos, tendo como ponto de partida o ensaio de 1756, intitulado “Monadologia Física”, em seguida o escrito de 1768, “Acerca do primeiro fundamento das regiões do espaço”, para então desembocar na “Dissertação de 1770” e enfim apontar as teses fundamentais da “Estética Transcendental” concernentes ao mesmo espaço.

Em Newton, o espaço absoluto é definido como sendo algo anterior às coisas que o ocupam, ou seja, o todo é anterior às partes, mostrando que o espaço é sempre semelhante e imóvel, independente de qualquer objeto, em si mesmo, sem relação com nada que lhe seja externo. Em contraposição, Leibniz afirma que o espaço é uma relação de copresença das substâncias (como elas estão dispostas). Não existe uma relação entre as substâncias, mas sim uma relação entre as distâncias dos lugares ocupados por elas, sendo que o lugar não é a porção de espaço que a substância ocupa e sim o ponto de vista pelo qual ela reflete o mundo.

Possuímos, então, duas teses que se opõem com relação ao espaço e é neste sentido que Kant engendra sua conciliação entre as teses newtonianas e leibnizianas buscando conciliar os dois lados, tentando ao menos convencer os adeptos da teoria de Leibniz a aceitarem algumas idéias de Newton sem descartar as de Leibniz, e vice-versa.

Neste âmbito, a base para estabelecer a discussão acerca do espaço, é dada da seguinte forma: Newton afirma ser o espaço absoluto (1) e garante que o espaço físico é idêntico ao geométrico (2); Leibniz afirma que o espaço é relativo (3) e nega que o espaço físico seja idêntico ao geométrico (4). Kant irá conciliar Newton e Leibniz utilizando as teses 2 e 3, buscando afirmar ambas e convencer os leibnizianos de 2. Destarte, Kant engendra sua tentativa de conciliação, partindo da tese de que o espaço é relativo e o espaço geométrico é idêntico ao espaço físico.

Partindo dessas duas teses, Kant assume a posição leibniziana e afirma que o espaço é relativo, porém não uma relação de copresença das substâncias, como propunha Leibniz, mas uma relação entre substâncias, o que contradiz a concepção de espaço propriamente assumida, além de que, o filósofo de Königsberg pressupõe o espaço absoluto newtoniano para configurar as relações das partes dada em um espaço relativo.

Esta possível pressuposição de um espaço absoluto como condição das relações dentro de um espaço relativo, fica clara no ensaio de 1768, onde Kant expõe o conceito de situação, sendo este a relação no espaço de uma coisa com outras, buscando afirmar a existência do espaço absoluto. Como definição do conceito de situação temos que: a situação nos dá a relação das partes e estas pressupõem uma região que não consiste na relação das coisas no espaço, mas na relação da situação com um ponto que seja externo: espaço absoluto. Ele afirma que podemos conhecer a relação das partes a partir delas mesmas, mas não conhecemos a região, só a conheço quando há uma relação das coisas com um espaço exterior e não com as posições que estas ocupam, e continua dizendo que o fundamento da forma corporal não se define utilizando-se somente a relação das partes, mas levando em consideração um ponto externo.

Para exemplificar sua afirmação, Kant utiliza como exemplo a mão humana, dizendo que as mãos dos homens são idênticas com relação à sua proporção, grandeza do todo e ainda com relação às suas partes, mas são “não congruentes”, pois não podem ser colocadas nos mesmos limites, ou seja, não se sobrepõem. Com este exemplo, Kant conclui que para conceber uma determinação do espaço não utilizo as relações das partes da matéria, mas estas com relação a um espaço que seja preexistente, pois somente este pode configurar a diferença entre corpos.

Deste contexto, obtemos a argumentação que confirma a tese da existência de um espaço absoluto, portanto, neste ponto, o espaço relativo não se sustenta e o espaço newtoniano é assumido como o fundamento para a diferenciação de corpos que se encontram em um espaço. No mesmo

ensaio de 1768, todavia, encontramos o primeiro argumento que estabelece a diferença das regiões do espaço, este é exposto do seguinte modo: para obter as três dimensões do espaço deve-se tomar como base o corpo humano, obtendo em relação a este a concepção de alto/baixo, direita/esquerda e frente/atrás.

Deste modo, quando Kant estabelece as dimensões do espaço tomando por base o corpo humano, podemos afirmar que o espaço ganha uma certa determinação subjetiva, pois sendo o corpo a base para as três dimensões do espaço, este não é outra coisa senão um espaço subjetivo, ou, em uma palavra, ideal-subjetivo, como será estabelecido na “Dissertação de 1770”. Portanto, no ensaio de 1768, temos uma passagem de um espaço absoluto a um espaço subjetivo, ainda que proeminente, e não um rompimento com a tese anterior, aceitando o espaço absoluto newtoniano em detrimento da tese leibniziana.

Contudo, Kant caminha para a definição de espaço assumida por ele no contexto do período pré-crítico estendendo-se até a Crítica da Razão Pura. Na “Dissertação de 1770”, espaço é definido como sendo subjetivo e ideal, que coordena o que é sentido exteriormente, oriundo da natureza do espírito, sendo este adquirido pelo sujeito através de leis ínsitas à mente (inatas), fortalecendo ainda mais a idéia do espaço subjetivo. Dessa forma, o espaço torna-se uma forma da intuição sensível, pertencente ao sujeito que intui os objetos dentro deste espaço e, não obstante, dentro do tempo, que são as formas puras dessa intuição, possibilidade da representação dos objetos como fenômeno.

Destarte, Kant engendra uma revolução no campo do conhecimento, elevando o sujeito ao ponto em que os objetos devem ser pensados por ele antes mesmo deles serem dados, mostrando que os objetos não mais regulam o conhecimento, mas estes devem regular-se pelo nosso conhecimento.

Com estas considerações, chegamos à “Revolução Copernicana”, em que o sujeito deixa de ser passivo e se torna ativo, sendo a porta de entrada para nossas representações, contribuindo com algo para que se possa conhecer o objeto e este algo é o espaço e o tempo, já que estes são a maneira como o mundo se apresenta ao sujeito. Sendo assim, Kant ao longo de sua empresa conclui que há um conhecimento a priori dos objetos dado em uma intuição pura, sendo esta o espaço e o tempo, mostrando que o espaço não é absoluto e muito menos relativo, ele não é senão uma intuição pura.

Em forma de conclusão, nas palavras do próprio Kant:

Até agora se supôs que todo o nosso conhecimento tinha que se regular pelos objetos; porém todas tentativas de mediante conceitos estabelecer algo a priori sobre os mesmos, através do que ampliaria o nosso conhecimento, fracassaram sob esta pressuposição [...] os objetos têm que se regular pelo nosso conhecimento, o que concorda melhor com a possibilidade de um conhecimento a priori dos objetos que deve estabelecer algo sobre os mesmos antes de nos serem dados. (KANT, p. 12)

Referência Bibliográfica

LEIBNIZ, G. W. Correspondência com Clarke. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores, XIX).

NEWTON, I. Princípios Matemáticos da Filosofia Natural. 1. ed. São Paulo. Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores, XIX).

KANT, I. Crítica da Razão Pura. 2. ed. São Paulo. Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores, Kant I).

_____. Uso da metafísica unida à geometria em filosofia natural cujo espécime I contém a Monadologia Física. In: MAGALHÃES, R. Textos Pré-Críticos. Porto: Rés, 1983, p. 79 – p. 97.

_____. Acerca do primeiro fundamento da diferença das regiões do espaço. In: MAGALHÃES, R. Textos Pré-Críticos. Porto: Rés, 1983, p. 165 – p.174.

_____. Acerca da forma e dos princípios do mundo sensível e do mundo inteligível: Dissertação de 70. In: SANTOS, L.R. dos; MARQUES, A. Dissertação de 1770 seguida de Carta a Marcus Herz. 2. ed. Lisboa: Casa da Moeda, 2004, p. 10 – p. 105.

MAGALHÃES, R. Introdução. In: _____. Textos Pré-Críticos. Porto: Rés, 1983, p. 28 – p. 29.

PRADO, L. L. Monadologia e Espaço Relativo: o jovem Kant recepcionando Leibniz. São Paulo: PUC, 2000.

FARIAS, V. de O. As Teorias Espaciais de Leibniz e Newton: uma discussão entre o espaço ideal-relativo e o espaço real-absoluto. *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 5, n. 1, p. 80-108, jan./jun. 2000.